



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

CNPJ 87.613.097/0001-96

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DO RPPS SÃO MARTINHO

Visando atender à legislação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente a Resolução nº 1134/2020 e da Resolução nº 1028/2015 do Regimento Interno do TCE/RS, que trata da documentação a ser entregue para fins de exame das contas do município durante o exercício 2022, informamos com relação ao regime próprio de previdência do nosso município:

A estrutura do REGIME PRÓPRIO DE SÃO MARTINHO está regulamentada conforme Lei 1.891/2005 de 21 de setembro de 2005. O Conselho de Administração é composto por 07(sete) membros e respectivos suplentes e o Comitê de Investimentos, por 03(três) membros.

A Empresa Referência Gestão e Risco Ltda foi contratada para prestação de serviço técnico de consultoria de investimentos, assessorando na elaboração de relatórios, análise de desempenho da carteira, acompanhamento da evolução do patrimônio do fundo, avaliação de novos produtos financeiros para aplicações de acordo com as normas vigentes.

1. Quanto ao pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime, nos termos do art. 1º, VI da Lei nº 9.717/98, informamos que tal prerrogativa foi assegurada através do atendimento a todos os requerimentos protocolados pelos segurados bem como pela disponibilização, inclusive por meio eletrônico, dos relatórios contábeis, financeiros, previdenciários e dos demais dados pertinentes.

2. Os RECURSOS E DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS VINCULADAS AO RPPS foram aplicadas no mercado financeiro e de capitais brasileiro em conformidade com regras estabelecidas do Conselho Monetário Nacional, e seguiram a política anual de investimentos aprovada, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência e as disposições da Portaria MTP 1467/2022, bem como, Resolução 4.963/2021. O RPPS fechou exercício de 2022 com PL aplicado em fundos de investimentos e mais a disponibilidade financeira em C/C de R\$ 24.541.798,88 tendo como rendimento anual R\$ R\$ 1.027.336,97.

Av. Osvaldo de Souza, 124 - CEP 98.690-000 - São Martinho - RS

(55) 3533-1170 - 3533-1178 - 3533-1372 - email admsmartinho@gmail.com



PREFEITURA DE

SÃO MARTINHO

Trabalhando juntos, desenvolvemos mais.



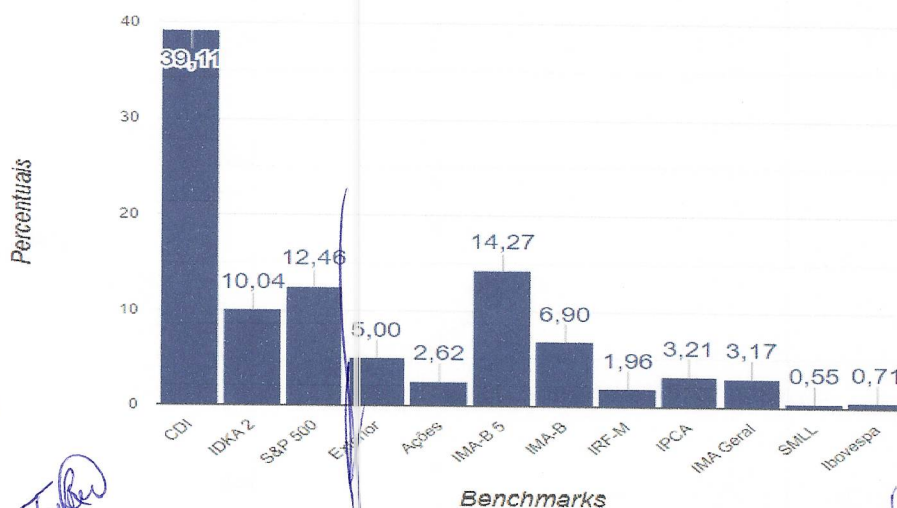
Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO
CNPJ 87.613.097/0001-96

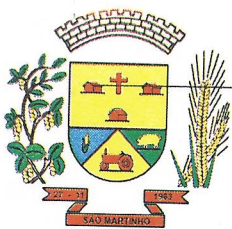
Composição da Carteira	12/2022	
	RS	%
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP	1.524.272,03	6,35
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RENDA FIXA	1.347.638,49	5,61
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES	1.498.081,81	6,24
BB AÇÕES BOLSAS GLOBAIS ATIVO ETF FIC AÇÕES BDR NÍVEL 1	765.501,23	3,19
BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL 1	435.826,12	1,81
BB ATIVA PLUS FIC RENDA FIXA LP	799.792,00	3,33
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	628.999,48	2,62
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.064.189,06	4,43
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1.673.008,87	6,97
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.175.386,74	4,89
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	470.549,25	1,96
BB JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCADO LP	508.326,41	2,12
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1.573.944,72	6,55
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	481.217,85	2,00
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	4.329.255,81	18,03
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	770.410,86	3,21
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.753.030,10	7,30
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	760.958,59	3,17
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	132.775,79	0,55
ISHARES IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVA11)	170.288,00	0,71
ISHARES S&P 500 INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC DE FUNDO DE ÍNDICE (IVVB11)	195.835,20	0,82
SICREDI BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	1.299.346,72	5,41
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	657.838,46	2,74
Total:	24.016.473,62	100,00

Disponibilidade em conta corrente:	525.325,26
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	24.541.798,88

O RPPS adotou o PERFIL de moderado ao longo de 2022, realizou realocações para ativos atrelados à taxa Selic (DI), fechando a carteira nos ativos:

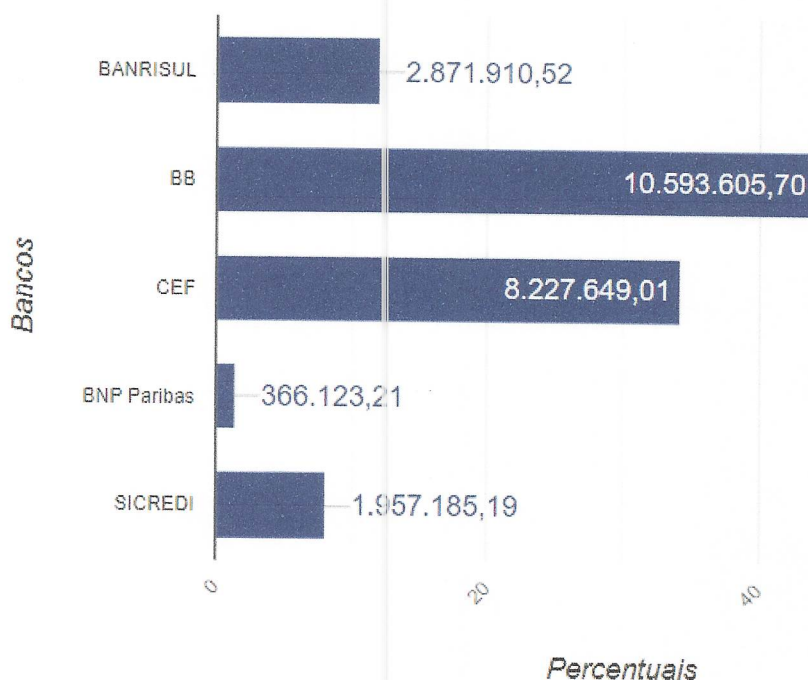
Percentual por Benchmark





O PL do RPPS ficou aplicado nos bancos: BANRISUL, BB, CEF e SICREDI.

Percentual por Instituições Financeiras



Obs: O BNP PARIBAS Instituição Financeira que demonstramos acima, é o administrador das ETFs BOVA 11 que está custodiada no BANRISUL.

A meta atuarial da carteira de investimentos para o exercício de 2022 foi de (IPCA + 4,87% = 10,94%) O RPPS em 31.12.2022 obteve rentabilidade acumulada equivalente a R\$ 1.027.336,97 o que equivale 4,52%, **FICANDO ABAIXO da META, atingindo 41,31% do objetivo final.**

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META		
	RS	%			% da Meta
12/2022	R\$ 1.027.336,97	4,5181%	IPCA + 4,87%	10,94 %	41,31%

As aplicações ficaram devidamente enquadradas conforme demonstramos abaixo.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO
CNPJ 87.613.097/0001-96

RELATÓRIO ENQUADRAMENTO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

Fundo de investimento	Saldo	Enquadramento	% Recurso	Enquadramento segmento 4.963/2021	PL Fundo	% PL Fundo	Limite de concentração
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP	1.124.272,03	Art. 7º, I, "b"	6,35%	-	3.684.304.773,41	0,04%	ENQUADRADO
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RENDA FIXA	1.147.638,49	Art. 7º, I, "b"	5,61%	-	872.718.856,59	0,15%	ENQUADRADO
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.064.189,06	Art. 7º, I, "b"	4,43%	-	7.489.389.892,90	0,01%	ENQUADRADO
BB IMA B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1.073.008,87	Art. 7º, I, "b"	6,97%	-	5.613.586.065,55	0,03%	ENQUADRADO
BB IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.175.386,74	Art. 7º, I, "b"	4,89%	-	6.078.064.149,48	0,02%	ENQUADRADO
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	470.549,25	Art. 7º, I, "b"	1,96%	-	4.012.099.701,11	0,01%	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	411.217,85	Art. 7º, I, "b"	2,00%	-	3.307.767.205,35	0,01%	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	770.410,86	Art. 7º, I, "b"	3,21%	-	5.292.657.963,96	0,01%	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IMA B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.153.030,10	Art. 7º, I, "b"	7,30%	-	7.960.289.495,76	0,02%	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	770.958,59	Art. 7º, I, "b"	3,17%	-	495.727.244,82	0,15%	ENQUADRADO
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	617.838,46	Art. 7º, I, "b"	2,74%	-	1.389.451.873,92	0,05%	ENQUADRADO
				11.678.500,32 48,63% ENQUADRADO			
BB ATIVA PLUS FIC RENDA FIXA LP	719.792,00	Art. 7º, III, "a"	3,33%	-	5.096.929.481,70	0,02%	ENQUADRADO
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1.173.944,72	Art. 7º, III, "a"	6,55%	-	12.858.761.791,29	0,01%	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	4.329.255,81	Art. 7º, III, "a"	18,03%	-	13.943.633.561,86	0,03%	ENQUADRADO
				6.702.992,53 27,91% ENQUADRADO			
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES	1.498.081,81	Art. 8º, I	6,24%	-	1.307.589.645,54	0,11%	ENQUADRADO
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	618.999,48	Art. 8º, I	2,62%	-	844.486.837,07	0,07%	ENQUADRADO
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	1.12.775,79	Art. 8º, I	0,55%	-	569.834.602,44	0,02%	ENQUADRADO
				2.259.857,08 9,41% ENQUADRADO			
ISHARES IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVA11)	170.288,00	Art. 8º, II	0,71%	-	16.293.606.762,96	0,00%	ENQUADRADO
				170.288,00 0,71% ENQUADRADO			
ISHARES S&P 500 INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC DE FUNDO DE ÍNDICE (IVVB11)	155.835,20	Art. 9º, A, II	0,82%	-	3.271.623.731,43	0,01%	ENQUADRADO
				195.835,20 0,82% ENQUADRADO			
BB AÇÕES BOLSA GLOBAIS ATIVO ETF FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	765.501,23	Art. 9º, A, III	3,19%	-	416.194.949,01	0,18%	ENQUADRADO
BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	435.826,12	Art. 9º, A, III	1,81%	-	670.077.868,22	0,07%	ENQUADRADO
				1.201.327,34 5,00% ENQUADRADO			
BB JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCADO LP	568.326,41	Art. 10º, I	2,12%	-	18.672.282.035,48	0,00%	ENQUADRADO
SICREDI BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	1.219.346,72	Art. 10º, I	5,41%	-	195.827.438,89	0,66%	ENQUADRADO
				1.807.673,14 7,53% ENQUADRADO			
TOTAL APLICAÇÕES:	24.016.473,62						

3. O caráter contributivo e solidário do RPPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal foi assegurado, pois:

3.1 A lei municipal nº 3.143/2020 de 17 de abril de 2020 que instituiu o RPPS contempla previsão expressa das alíquotas de contribuição do Município e dos segurados;

3.2 Está ocorrendo o repasse mensal e integral dos valores das contribuições à unidade gestora do RPPS;

3.3 A unidade gestora do RPPS, efetivamente retém, quando devidos, os valores das contribuições dos segurados ativos, inativos e pensionistas, relativos aos benefícios e remunerações, cujo pagamento está sob sua responsabilidade;

3.4 Os débitos de contribuições atrasadas foram devidamente atualizados e parcelados nos termos da legislação vigente, e as respectivas parcelas estão sendo pagas tempestivamente.

4. O RPPS cobre, exclusivamente, os servidores públicos titulares de cargos efetivos e seus respectivos dependentes, nos termos do art. 1º, V, da Lei Federal nº 9.717/98, sendo que os ocupantes de cargos em comissão, de cargos eletivos, bem como os cargos temporários e empregos públicos, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO
CNPJ 87.613.097/0001-96

5. Está sendo atendida a determinação posta no art. 5º da Lei Federal nº 9.717/98, quanto à proibição de conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei 3.142/2020 de 17 de abril de 2020.

6. As disponibilidades financeiras do RPPS estão sendo depositadas e mantidas em **contas bancárias separadas das demais disponibilidades do Município**, e são aplicadas no mercado financeiro e de capitais em conformidade com regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

7. O pagamento dos benefícios previdenciários, previstos na Lei Municipal **1.891/2005 de 21 de setembro de 2005** e alterações, se dá diretamente aos segurados, mediante folha de pagamentos, sem a existência de qualquer convênio, consórcio ou associação que viabilize tais pagamentos, demonstrando-se assim, o atendimento do art. 1º, V da Lei nº 9.717/98.

8. O equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS foi mantido através da adoção das alíquotas e aportes indicados na avaliação atuarial, com a observância dos parâmetros estabelecidos nas Normas de Atuarial aplicáveis aos RPPS definidas pela Portaria MPS nº 464, de 19 de novembro de 2018 e alterações posteriores como a Portaria 1467.

9. Os registros contábeis das operações do RPPS foram realizados de acordo com as normas e o Plano de Contas estabelecido pela Portaria MPS nº 509/2013 e seus respectivos anexos, de forma distinta da contabilidade do Município, e abrangeram todas as operações que, direta ou indiretamente, tiveram influência sobre o seu patrimônio.

10. Em anexo o relatório geral com a posição final sobre as aplicações e rendimentos do RPPS no ano de 2022. **(anexo relatório dinâmico)**

11. Quanto ao cumprimento de obrigações acessórias, necessárias à obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária, instituído pelo Decreto nº 3.788/2001, observou-se a remessa tempestiva dos seguintes documentos à Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS, do Ministério da Previdência Social:

10.1 Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN;

10.2 Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR;

10.3 **Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA;**

10.4 Demonstrativo Previdenciário;

10.5 Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR;

DW

Andréia
Welter



PREFEITURA DE

SÃO MARTINHO

Trabalhando juntos, desenvolvemos mais.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO
CNPJ 87.613.097/0001-96

10.6 Matriz de Saldos Contábeis;

10.7 Encaminhamento da legislação completa do RPPS.

Último CRP emitido e vigente por 06 meses.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: São Martinho UF: RS
CNPJ Principal: 87.613.097/0001-96

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



N.º 988885 -
215752

EMITIDO EM 14/12/2022
VÁLIDO ATÉ 12/06/2023

Handwritten signatures: João, Tereza, and Andréia Weber.





Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

CNPJ 87.613.097/0001-96

PARECER FINAL

À vista do relatório, o CONSELHO é de parecer que as normas que regem a instituição e funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social do Município de SÃO MARTINHO foram atendidas.

SÃO MARTINHO, 27 DE MARÇO DE 2023

*Gilberto Luis Rambo, Joyce Moura, Caroline Pick,
Tania Regina Corrêa, Laílson Delfino Unfer,
Débora Weber, Adela de Jesus Weber, André Luis Kollmann*

Andréia Weber



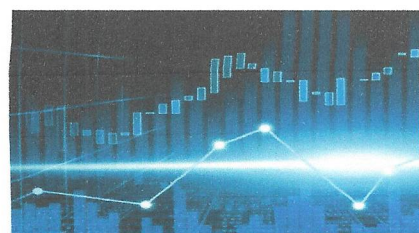
RELATÓRIO DINÂMICO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	CNPJ	R\$	%
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RENDA FIXA	21.007.180/0001-03	R\$ 1.347.638,49	5,61%
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES	36.178.569/0001-99	R\$ 1.498.081,81	6,24%
BB AÇÕES BOLSA GLOBAIS ATIVO ETF FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	39.255.695/0001-98	R\$ 765.501,23	3,19%
BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	22.632.237/0001-28	R\$ 435.826,12	1,81%
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	10.418.335/0001-88	R\$ 628.999,48	2,62%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	13.322.205/0001-35	R\$ 1.064.189,06	4,43%
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	03.543.447/0001-03	R\$ 1.673.008,87	6,97%
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	07.442.078/0001-05	R\$ 1.175.386,74	4,89%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.077.418/0001-49	R\$ 1.573.944,72	6,55%
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	20.139.595/0001-78	R\$ 481.217,85	2,00%
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	R\$ 4.329.255,81	18,03%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	23.215.097/0001-55	R\$ 770.410,86	3,21%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10	R\$ 1.753.030,10	7,30%
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11.061.217/0001-28	R\$ 760.958,59	3,17%
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	15.154.220/0001-47	R\$ 132.775,79	0,55%
ISHARES IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVA11)	10.406.511/0001-61	R\$ 170.288,00	0,71%
ISHARES S&P 500 INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC DE FUNDO DE ÍNDICE (IVVB11)	19.909.560/0001-91	R\$ 195.835,20	0,82%
SICREDI BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	24.633.818/0001-00	R\$ 1.299.346,72	5,41%
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	24.634.187/0001-43	R\$ 657.838,46	2,74%
BB ATIVA PLUS FIC RENDA FIXA LP	44.345.473/0001-04	R\$ 799.792,00	3,33%
BB JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCADO LP	06.015.368/0001-00	R\$ 508.326,41	2,12%
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	07.111.384/0001-69	R\$ 470.549,25	1,96%
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP	21.743.480/0001-50	R\$ 1.524.272,03	6,35%
Total: R\$ 24.016.473,62			100,00%

COMPETÊNCIA	SALDO RPPS	RENDIMENTOS DO ANO	RENTABILIDADE MÊS	RENTABILIDADE ACUMULADA	META ATUARIAL ACUMULADA
12/2022	R\$ 24.016.473,62	R\$ 1.027.336,97	-0,14%	4,52%	10,94%



RETROSPECTIVA 2022



No decorrer do ano de 2022, o mercado financeiro enfrentou situações diversas — algumas positivas e outras negativas. Além disso, muitas circunstâncias antecipam o que poderá acontecer em 2023, então vale a pena conhecê-las para se preparar adequadamente para investir no novo ano.

O ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados globais, em que o Brasil surpreendeu em sua grande parte, se descolando dos mercados globais como uma das melhores bolsas do mundo. Em meio a um cenário macro global bastante desafiador, o Brasil virou o “TINA” dos mercados emergentes, sendo o destino de investidores estrangeiros em busca de ativos baratos e que os protegessem de uma inflação menos transitória do que esperado. O índice Ibovespa chegou a registrar uma alta de +40% em dólares em meio a quedas de 20% a 30% nos mercados globais. Na reta final do ano, grande parte dos ganhos foram devolvidos com o aumento das incertezas fiscais domésticas.

De fato, a palavra do ano de 2022 foi “inflação”. Após o início da vacinação contra a Covid-19 em todo mundo, as atividades econômicas foram retomadas rapidamente. Com isso, a demanda por bens disparou e a oferta, com essas atividades interrompidas pela pandemia, não se recuperou na mesma proporção, refletindo no aumento de preço das commodities. Enquanto em grande parte de 2021 a inflação foi atribuída como “transitória”, em 2022 o cenário econômico se mostrou o oposto, com a inflação persistente.

Além dos desequilíbrios na oferta e demanda, 2022 viu mais um choque inflacionário: a invasão por parte da Rússia no território ucraniano no mês de fevereiro. O conflito, que já se arrasta por mais de 10 meses, trouxe impactos não só locais, como na economia em uma escala global. Com um choque de oferta nas commodities — que já apresentavam preços mais altos pós reabertura econômica —, uma vez que os dois países envolvidos são importantes exportadores de vários tipos de commodities, principalmente energéticas e agrícolas. Essa restrição na oferta culminou numa alta dos preços das commodities, com o barril de petróleo atingindo o valor mais alto dos últimos 14 anos — o Brent chegou ao pico de quase 130 dólares o barril. Em um cenário global, em que as maiores potências já se viam às voltas com inflação e elevação de juros como consequência da pandemia, a situação se agravou.

O mundo então começou a enfrentar a inflação em níveis recordes. No Brasil, os preços atingiram as altas mais expressivas desde 2015; no Reino Unido e na Alemanha, a inflação registrou a maior alta em quase 30 anos; e, nos EUA, a inflação ao consumidor atingiu seu pico desde 1982.

Já nos EUA, o Federal Reserve realizou a subida de juros mais rápida da história, levando a taxa de juros americana de 0% – 0,25% a 4,25% – 4,50% e continuou com um tom duro. O presidente Powell sinalizou que serão necessárias mais evidências de que a inflação está arrefecendo para considerar uma interrupção no ciclo de altas. Daqui pra frente, a palavra “inflação” vai dando espaço para “recessão”. Com juros ainda subindo globalmente, os mercados se preocupam cada vez mais com as principais economias do mundo vendo uma forte desaceleração em 2023.

Ao longo de 2022, um dos principais fenômenos que ocorreram no mercado nacional e no mercado global foi a inflação persistente. Essa situação se caracteriza pelo aumento contínuo e generalizado de preços, levando à perda do poder de compra da população.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a inflação atingiu o patamar recorde em 40 anos, quando chegou a 9,1% acumulados em 12 meses, em junho. A Europa e o Brasil, além de outros mercados, sofreram com efeitos semelhantes. No contexto global, o principal fator para a aceleração da inflação foi a escalada de preços das commodities, devido à guerra entre Rússia e Ucrânia. Por causa do aumento do preço do petróleo e do gás natural, principalmente, o custo de energia ficou mais elevado, impactando as economias.

No Brasil, entretanto, o cenário contrário também ocorreu: a deflação. Ela se concretiza quando em vez do aumento há uma queda generalizada nos preços da economia. Entre julho e setembro, o Brasil registrou três períodos de deflação consecutivos, registrados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Essa situação ocorreu, principalmente, devido às medidas adotadas pelo Governo Federal, como a redução ou eliminação de impostos sobre os combustíveis. Assim, o IPCA acumulado dos 12 meses se movimentou para baixo, deixando de apresentar dois dígitos.